



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 408

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

**Processo nº:** 28695/2007

**Origem:** Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF

**Assunto:** Licitação

**Valor:** R\$ 3.355.387,30 (fl. 217)

**Ementa:** Concorrência nº 01/2007 – Metrô/DF para contratação de serviços de elaboração de Projeto Básico de Engenharia com vistas à implantação do Sistema Metrô Leve de Brasília – ligação Aeroporto/Avenida W3. Notícias veiculadas na imprensa sobre suspeita de fraudes no procedimento licitatório, em apuração pela “Operação Bagre” do Ministério Público do DF e Territórios – MPDFT. Decisão nº 2411/10. Reinstrução do feito. Unidade Técnica identificou indícios de conluio entre as empresas licitantes. Sugestão de anulação do certame. Voto pela oitiva das empresas interessadas.

Cuidam os autos sobre licitação promovida pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal–Metrô/DF, para contratação de empresa de engenharia com vistas à elaboração do **Projeto Básico de Engenharia** para implantação do Sistema Metrô Leve de Brasília - **VLT**, ligação Aeroporto/Avenida W3.

Na última assentada, por meio da Decisão n.º 2411/2010, o Tribunal determinou a reinstrução do feito em face de notícias veiculadas na imprensa sobre suspeita de fraudes no procedimento licitatório, em apuração pela “Operação Bagre” do Ministério Público do DF e Territórios – MPDFT.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 409

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

O Corpo Técnico noticia que o MPDFT ajuizou duas ações civis públicas junto à Sétima Vara de Fazenda Pública do TJDF. A primeira ACP, de Improbidade Administrativa, foi ajuizada em desfavor de José Gaspar de Souza, Cícero Linhares, Ricardo Garófallo, ALTRAN (TC/BR TECNOLÓGICA E CONSULTORIA BRASILEIRA S/A) e DALCON ENGENHARIA LTDA., tendo por escopo responsabilizá-los *“por terem se unido em concurso para, dolosamente, frustrar a licitude do processo licitatório do Projeto Básico de implementação do Sistema de Metrô Leve de Brasília-VLT, causando dano ao patrimônio da empresa pública da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô-DF.”* (fls. 02/03 do Anexo VI) (grifos do original)

A segunda ACP, de nº 2010-01.1.161869-4, com pedido de liminar, foi ajuizada em desfavor da COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ/DF, DISTRITO FEDERAL, DALCON ENGENHARIA LTDA., VIA ENGENHARIA S.A., MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A., ALTRAN/TC/BR – TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILEIRA S.A. e ALSTOM BRASIL E TRANSPORTE LTDA., *“visando a (sic) anular a licitação do Projeto Executivo de Engenharia do Sistema de Metrô Leve sobre Trilhos – VLT (Concorrência nº 004/08 e o Contrato nº 10/09 fruto deste certame, em face do ajuste fraudulento realizado entre as empresas DALCON Engenharia Ltda. e ALTRAN/TC/BR Tecnologia e Consultoria Brasileira S/A e o METRÔ/DF acerca da contratação do Projeto Básico e do Projeto Executivo do VLT.”* (fls. 25/26 do Anexo VI) (grifos do original)

Registra que, em decorrência das ações em comento e conforme se depreende das decisões prolatadas pela autoridade judicial (fls. 372/374), a execução das obras do VLT encontra-se suspensa (fl. 374), à exceção daquelas já iniciadas cuja paralisação poderia causar prejuízo à população.

Em seguida, resumiu os principais fatos asseverados pelo MPDFT:

*“a) nos idos de 2002, em Curitiba-PR, José Gaspar de Souza era funcionário da empresa ALTRAN/TC/BR Tecnologia e Consultoria Brasileira. Esta por sua vez uniu-se, como líder, às empresas DALCON Engenharia Ltda. e VEGA Engenharia e Consultoria Ltda., tendo por Coordenador-Geral o próprio Gaspar;*

*b) naquela oportunidade, a Prefeitura de Curitiba, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, contratou o mencionado consórcio para elaboração do Projeto Básico de Engenharia, dentre outros,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 410

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

*para implantação do Sistema de Transporte de Passageiros de Alta Capacidade –STAC;*

*c) José Gaspar deixou a empresa ALTRAN/TC/BR em junho de 2006 e em 2007 foi nomeado Presidente do Metrô/DF;*

*d) em 23.08.2007, foi lançado o edital da CP nº 001/2007 – para contratação do projeto básico do VLT. A empresa DALCON foi declarada vencedora por ter apresentado melhor proposta técnica, “apesar de ser idêntica à da ALTRAN/TC/BR e menor preço”;*

*e) a identidade das propostas da DALCON com a ALTRAN/TC/BR e destas com os termos do Consórcio formado pelas “concorrentes” DALCON, ALTRAN/TC/BR e VEGA na referenciada licitação de Curitiba/PR revela a interligação destas empresas. A despeito da identidade ou similaridade das propostas dos projetos básicos das licitantes, os membros da CPL não tomaram as providências cabíveis para desclassificar as empresas e impedir que a DALCON fosse declarada vencedora;*

*f) as empresas DALCON e ALTRAN/TC/BR, na verdade, ao “concorrerem” separadamente na licitação do Projeto Básico do VLT em Brasília, utilizaram-se das propostas técnicas que apresentaram conjuntamente, quando estavam unidas em consórcio na licitação do Projeto Básico do VLT em Curitiba;*

*g) a proposta técnica apresentada pelo Consórcio DALCON-ALTRAN/TC/BR - VEGA foi reproduzida fraudulentamente aqui em Brasília, sob a farsa de um processo licitatório, de responsabilidade do Metrô/DF, com o intuito de legitimar o que estava acertado entre JOSÉ GASPARD DE SOUZA e as empresas DALCON e ALTRAN/TC/BR;*

*h) dentre as certidões juntadas pela empresa DALCON, na fase de habilitação da licitação do Projeto Básico do VLT em Brasília, consta uma certidão emitida pelo IPPUC (Curitiba) atestando a prestação de serviços de Consórcio, “mas convenientemente omitindo o nome de JOSÉ GASPARD DE SOUZA como o autor de projetos do Projeto Executivo de Engenharia e como o Coordenador Geral do Consórcio”;*

*i) a empresa ALTRAN/TC/BR não apresentou referida certidão na licitação do Projeto Básico;*

*j) as empresas DALCON e ALTRAN/TC/BR formalizaram uma sociedade em conta de participação, intitulada “ACORDO OPERACIONAL DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS”, revelada em análise pericial do computador apreendido na sede da ALTRAN, com vistas à elaboração do projeto básico e executivo do VLT. Em sua cláusula segunda, acordaram que a DALCON seria*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 411

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

*formalmente a representante do Contrato nº 17/2007, tendo a ALTRAN/TC/BR participado como sócia oculta;*

*l) para execução dos serviços foi contratada a empresa Log Consultoria, que coordenava o corpo técnico composto por profissionais da DALCON e ALTRAN/TC/BR, apresentando como prova o detalhamento dos valores pagos aos técnicos vinculados a cada empresa. Assim, restou comprovada a participação da ALTRAN/TC/BR na execução do projeto básico do VLT. Após a TC/BR sagrar-se vencedora da Concorrência de execução do VLT, a empresa Log Consultoria foi subcontratada para elaboração dos projetos executivos;*

*m) em 07 de janeiro de 2008, o Metrô/DF iniciou o procedimento de pré-qualificação para licitação do Projeto Executivo de Engenharia do VLT, por meio da publicação do Edital de Pré-Qualificação nº 001/2008, sem que o projeto básico estivesse concluído;*

*n) entre o início do contrato do Projeto Básico e a data de publicação do Edital de Pré-Qualificação, do total de 32 produtos, três haviam sido entregues em 21.12.2007 (P1, P3 e P4) e os outros dois (P2 e P6) pela DALCON, apenas na data de publicação do referido edital. Entretanto, seu texto já constava do edital, além de ter contrariado informação anterior prestada àquele órgão ministerial por meio do Ofício nº 57/2008, de que os seis produtos já teriam sido entregues;*

*o) além da sociedade revelada, a participação da ALTRAN/TC/BR na elaboração do projeto básico torna-se evidente com a mensagem trocada entre José Gaspar e o sócio da TC/BR, Luiz Fernando A. de Oliveira, a fim de definir com a Dalcon “um novo projeto”.*

**Salienta que a segunda Ação Civil Pública, fundamentada no art. 12, caput, da Lei nº 7.347/1985, teve por pedido (fls. 42/43 do Anexo VI):**

*“1. seja determinado, em caráter cautelar, inaudita altera pars, a imediata suspensão das obras de implementação do Sistema de Metrô Leve de Brasília, sob pena de multa cominatória diária (art. 12, § 2º, da Lei nº 7.347/85), em valor a ser fixado por esse douto juízo;*

*2. seja determinado, em sede cautelar, inaudita altera pars, a suspensão física e financeira do empreendimento, com o bloqueio dos empenhos em favor das empresas integrantes do Consórcio BRASTRAM.*

*...*

*b) ao final sejam confirmados os pedidos liminares e decretada, diante da inobservância do artigo 9º, Lei nº 8.666/93, a anulação:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 412

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

- b1) da Concorrência nº 001/2007 e do Contrato nº 17/2007 (Projeto Básico);***  
*e*  
***b2) da Concorrência nº 004/2008 e do Contrato nº 10/2009 (Projeto***  
***Executivo de Engenharia).” [destaquei]***

Consigna que os fatos antes noticiados apontam para um conluio e direcionamento do certame às empresas DALCON e ALTRAN/TC/BR, com a possível participação do ex-presidente e de funcionários do Metrô/DF. Vislumbra como uma possível irregularidade a similaridade entre as propostas técnicas ofertadas pelas Empresas concorrentes DALCON e TC/BR, apresentando, em alguns pontos, redação análoga ao projeto de transporte entregue ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, quando estas empresas eram consorciadas.

Afirma que, embora a falha ensejasse a audiência dos membros da CPL, deixou de propô-la em razão dos achados relacionados com as propostas de preços, conforme os seguintes excertos do relatório:

***“III.2 – DA PROPOSTA DE PREÇOS***

***32. Nos termos do item 8.0, do edital (fl. 27), a proposta comercial deveria englobar a carta de apresentação da proposta comercial (Modela A7 do Anexo A), o preço proposto e o cronograma físico-financeiro (Quadros V e VI do Anexo A).***

***33. Destacamos que para elaboração do cronograma físico-financeiro, o edital apresentou um “modelo básico” (fl. 73), para as licitantes preencherem quanto às atividades, valores e prazos, disponibilizado em meio magnético conforme Anexo I (juntado à contracapa do Volume II). Para preenchê-lo, cada licitante deveria lançar os seus próprios dados, tendo como referência uma lista de produtos e prazos de entrega relacionados no item 9.2 do Termo de Referência de fls. 75/110.***

***34. Analisando-se os cronogramas físicos-financeiros juntados nas propostas de preços de cada empresa (fls. 319 e 329/331), verificamos que estes apresentaram redação com idênticas alterações quando comparadas com a redação do referenciado item 9.2 do edital, tais como erros de grafia, marcação equivocada de prazo, ausência ou diferenças de conectivos.***

***35. Para melhor visualização dessas ocorrências, elaboramos o quadro a seguir no qual destacamos, em negrito, as redações apresentadas no edital em confronto com as alterações apresentadas nos cronogramas físico-financeiros das licitantes.***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 413

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

	<b>REDAÇÃO APRESENTADA NO EDITAL</b>	<b>REDAÇÃO APRESENTADA PELAS EMPRESAS</b>
<i>Item</i>	<i>Produtos</i>	<i>Produtos</i>
1	Relatório Conceituação Funcional e Operacional do Sistema – Parcial 1	Relatório <b>de</b> Conceituação Funcional e Operacional do Sistema – Parcial 1
2	Relatório Conceituação Funcional e Operacional do Sistema – Parcial 2	Relatório <b>de</b> Conceituação Funcional e Operacional do Sistema – Parcial 2
3	Relatório Conceituação Funcional e Operacional do Sistema – Final	Relatório <b>de</b> Conceituação Funcional e Operacional do Sistema – Final
4	Relatório de Estudo do Traçado – Parcial 1	Relatório de Estudos <b>de</b> Traçado – Parcial 1
5	Relatório de Estudo do Traçado – Parcial 2	Relatório de Estudos <b>de</b> Traçado – Parcial 2
6	Relatório de Estudo do Traçado – Final	Relatório de Estudos <b>de</b> Traçado – Final
7	Relatório do Projeto e Especificação do Material Rodante – Parcial	Relatório do Projeto e Especificações do Material Rodante – Parcial
8	Relatório do Projeto e Especificação do Material Rodante – Final	Relatório do Projeto e Especificações do Material Rodante – Final
9	Relatório do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira	Relatório do Estudo de Viabilidade Econ <b>ô</b> mico-Financeira
10	Relatório Final do Projeto Básico de Engenharia – Definitivo	Relatório Final do Projeto Básico de Engenharia – <b>Final</b>

36. Inicialmente chamamos a atenção quanto ao mesmo erro de digitação identificado nos dois cronogramas, em relação à palavra “Econômico-Financeira”, grafada como “Econbômico-Financeira” no item 9. Também para a modificação das palavras “Estudo” (itens 4, 5 e 6) e “Especificação” (item 7) que, no original aparecem no singular e na transcrição feita pelas empresas, no plural. Ainda, não se pode deixar de destacar a troca do termo “definitivo” por “final” no item 10.

37. Acrescente-se que a modificação do edital tratada às fls. 167/168 diz respeito ao percentual constante do item 8: Relatório e Especificação do Material Rodante - Final, que deveria passar de 5% para 3%, sem, contudo, alterar o prazo de 120 dias. Observa-se que, no preenchimento dos cronogramas físico-financeiros das empresas, além da alteração do referido



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 414

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

*percentual, as licitantes marcaram, equivocadamente, o prazo de 150 dias para este item.*

38. *Considerando que competia a cada empresa elaborar o seu próprio cronograma físico-financeiro, as dez diferenças apontadas acima, em relação ao item 9.2 do Termo de Referência do edital, demonstram que um dos cronogramas apresentados nas propostas foi elaborado por uma das licitantes e reproduzido pela outra, com modificação apenas em relação aos preços, formato e fonte do texto desses documentos, não havendo possibilidade de se falar em coincidências de redação frente ao grande número de alterações repetidas.*

39. *Essa prova e os aspectos levantados em inspeção acerca da proposta técnica evidenciam o conluio entre as empresas DALCON e TC/BR, ou seja, a licitação do projeto básico do VLT não passou de uma simulação. A proposta apresentada pela TC/BR foi de mera cobertura, configurando-se em uma ilegalidade passível de anulação do certame, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.*

40. *Além disso, fraudar, mediante combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame, com o intuito de obter vantagem para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação, constitui crime previsto no art. 90 da Lei nº 8.666/93.*

41. *Deve-se ressaltar, no entanto, que, caso seja confirmada a nulidade do contrato, considerando que os serviços já foram executados em sua totalidade, o valor de R\$ 3.355.387,30 pago à DALCON passa a ter a natureza de indenização, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.*

Prosseguindo em sua análise, a Inspeção passou a discorrer acerca da exigência de garantia para participação no certame, reproduzindo o item 6.3.4, alínea "g", do Edital de Concorrência n.º 001/2007, de seguinte teor:

*"g) (...) recolhimento da garantia de adimplemento da obrigação (garantia de proposta), junto ao Departamento Econômico e Financeiro do METRÔ-DF, no prazo de até 03 (três) dias úteis, anterior à data prevista para a entrega dos Documentos de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta Comercial, no valor de R\$ 36.642,00 (trinta e seis mil e seiscentos e quarenta e dois reais), equivalente a 1% do Preço de Referência, descrito no item 8.3 do presente Edital, em uma das modalidades previstas no item 15." (grifamos).*

Sobre o assunto, registra ter realizado entrevista com o



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 415

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

titular da Diretoria Econômica e Financeira do Metrô e com o Tesoureiro, os quais afirmaram que a estipulação de garantia faz parte das rotinas dos processos licitatórios daquela companhia. Fez, então, as seguintes considerações:

46. *Com base nessas informações preliminares, fizemos as seguintes perguntas aos nossos entrevistados:*

a) *É comum a apresentação da garantia pelos licitantes, em espécie, conforme prevê o § 1º, inc. I, do art. 56, da Lei nº 8.666/93?*

b) *Quais os cuidados que o Metrô/DF toma para preservar o sigilo das informações acerca das empresas que comprovaram previamente à abertura da licitação o cumprimento da prestação da garantia?*

47. *Com relação à pergunta “a”, o Sr. Hérlio informou que as modalidades mais optadas pelos licitantes são o seguro-garantia e a fiança bancária, sendo que a caução em dinheiro não é mais comum. No que diz respeito à pergunta “b”, disse que tais informações ficam restritas ao titular e ao Chefe-Substituto daquela Unidade.*

48. *Em nossa avaliação, a resposta à primeira pergunta sinaliza que a caução em espécie está caindo em desuso, tornando-se desnecessária a previsão de comprovação e o recolhimento prévio junto à Tesouraria do órgão licitante. Além disso, para esta opção existe a possibilidade de comprovação de seu recolhimento por meio de depósito vinculado ao processo licitatório, no Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil e, no Governo Distrital, por meio do Banco de Brasília - BRB.*

49. *De outro lado, no que diz respeito aos títulos da dívida pública, em consulta ao sítio eletrônico do Banco do Brasil, tomamos conhecimento de que tais títulos são emitidos sob a forma escritural, e não mais ao portador. Assim, em qualquer das modalidades de garantia pretendida, incluindo seguro garantia e fiança bancária, a garantia exigida pode ser providenciada a qualquer tempo pelos licitantes e apresentada junto com os demais documentos de habilitação e entregue lacrado à CPL, na sessão de abertura desse procedimento, evitando, com isso, o conhecimento prévio dos participantes, tanto por parte dos licitantes, como do órgão promotor da licitação.*

50. *Esse assunto foi tratado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no Processo nº 013.864/2009-2, relacionado à análise de edital-padrão do DNIT, contendo situação idêntica à que se verifica nestes autos, isto é, exigência de recolhimento da garantia prevista no inc. III do art. 31 da Lei nº*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 416

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

*8.666/93 antes da abertura das propostas, conforme documentos de fls. 375/383.*

**51.** *O Sr. Ministro Relator, Raimundo Carreiro, proferiu seu Voto sobre a matéria nos seguintes termos:*

*"Preliminarmente, a presente representação pode ser conhecida, com fundamento no disposto nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade previstos para a espécie.*

*Quanto ao mérito, acolho a manifestação do Ministério Público por suas fundamentadas razões e, assim, considero não haver ilegalidade na previsão, constante no edital-padrão do Dnit, de que o valor da garantia, prevista no art. 31, III, da Lei 8.666/93, seja recolhido antecipadamente e a respectiva comprovação seja inserida no envelope de habilitação.*

*É certo, conforme registra o douto Parquet, que, para os licitantes serem capazes de comprovar o recolhimento da garantia, faz-se necessário que, antecipadamente, adotem as medidas pertinentes para viabilizar junto a uma agência bancária ou entidade financeira, conforme a modalidade da garantia, o recolhimento dos respectivos valores. Dessa forma, não seria viável que o recolhimento se desse de forma concomitante à comprovação, que ocorre com a apreciação dos documentos inseridos no envelope de habilitação, na data fixada para sua abertura.*

*Quanto à operacionalização do recolhimento dos valores, entendo pertinente a sugestão do Ministério Público de que seja expedida recomendação a respeito do assunto. Da mesma forma, cabível a determinação sugerida para que o órgão se abstenha de fixar em seus editais de licitação data limite para o recolhimento da garantia, sendo esse limite delimitado pelo próprio prazo para a entrega das propostas, respeitando-se os horários de funcionamento do órgão receptor da garantia.*

*Em todo o caso, observo que se deve atentar para o disposto no art. 82 do Decreto 93.872/86, que preceitua: "Os depósitos para garantia, quando exigida, das obrigações decorrentes de participação em licitação e de execução de contrato celebrado com órgãos da Administração Federal Centralizada e autarquias, serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, à ordem da autoridade administrativa competente".*

*Face ao exposto, com vênias à Unidade Técnica, acolho as propostas do Ministério Público e Voto por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à consideração deste Colegiado.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 417

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 24 de março de 2010." (destacamos).

52. *A apreciação do processo em tela resultou no Acórdão visto à fl. 382 do qual extraímos o seguinte excerto:*

" (...)

9.2. determinar ao Dnit, com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, que se abstenha de fixar em seus editais de licitação data limite para o recolhimento da garantia prevista no art. 31, III, da Lei n. 8.666/1993, sendo esse limite delimitado pelo próprio prazo para a entrega das propostas, respeitando-se os horários de funcionamento do órgão receptor da garantia;

9.3. recomendar ao Dnit, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, que envide esforços no sentido de aperfeiçoar a sistemática para o recolhimento da garantia prevista no art. 31, III, da Lei n. 8.666/1993, verificando a possibilidade de se adotar o recebimento da garantia em conta-corrente indicada pelo órgão (quando a interessada optar por recolher em espécie), além de permitir o recebimento dos próprios comprovantes de seguro-fiança ou fiança bancária no envelope de habilitação, sem necessidade de emissão de guia por setor específico da entidade;"

53. *Assim sendo, considerando que os procedimentos aqui aventados já vêm sendo praticados na Administração Pública Federal com apoio da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil e, na Administração Distrital, por intermédio do Banco de Brasília, entendemos que esta Corte pode determinar ao Metrô/DF que, doravante, abstenha-se de exigir comprovação antecipada de qualquer das modalidades de garantia estabelecidas no art. 31, III, da Lei nº 8.666/93, junto à Tesouraria da Companhia, devendo recebê-las em envelope lacrado junto com os demais documentos da licitação.*

54. *Pode-se adotar, ainda, o entendimento apresentado pelo TCU, de forma que o Metrô/DF se abstenha de fixar limite prévio para o recolhimento da garantia, estando este prazo delimitado pela data de entrega das propostas.*

55. *No caso aqui analisado, o conhecimento prévio pelo Metrô dos participantes sugere que, apesar do sigilo funcional mencionado pelo atual Tesoureiro do Metrô/DF para preservar as informações, este procedimento, além de ilegal, possibilita a ocorrência de irregularidades e o conluio entre as empresas e os órgãos patrocinadores do certame. Com as providências aqui sugeridas, entendemos que a Jurisdicionada poderá dar um*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 418

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

*importante passo para prevenir a ocorrência de fraudes em licitações futuras.”*

Por fim, sugere ao egrégio Plenário que:

*“I – tome conhecimento:*

*a) do resultado da presente inspeção;*

*b) dos documentos de fls. 250/383, bem como dos Anexos II, III e VI, relativamente à documentação apresentada, respectivamente, pela ALTRAN (TC/BR Tecnologia e Consultoria Brasileira S.A.), DALCON Engenharia Ltda. e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;*

*II – determine à Companhia do Metropolitano do DF que,*

*a) anule o procedimento licitatório objeto da CP nº 01/2007-METRÔ-DF, em razão das ilegalidades apontados nos §§ 31 a 41 desta informação, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;*

*b) doravante, abstenha-se de exigir comprovação antecipada de qualquer das modalidades de garantia estabelecidas no art. 31, III, da Lei nº 8.666/93, junto à Tesouraria da Companhia, devendo recebê-las em envelope lacrado junto com os demais documentos da licitação, bem como deixe de fixar data limite para o recolhimento da garantia, estando este prazo delimitado pela própria data de entrega das propostas;*

*III - dê conhecimento às empresas DALCON e TC/BR da decisão que for proferida pelo Plenário desta Corte;*

*IV – autorize:*

*a) o envio de cópia da presente instrução ao MPDFT e ao Metrô/DF; e*

*b) o retorno dos autos à 3ª ICE para as providências pertinentes.”*

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 419

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

**V O T O**

Cumpre-me destacar, de início, que o certame analisado no presente feito refere-se à elaboração de Projeto Básico para implantação do VLT, cujo contrato firmado com a empresa DALCON Engenharia Ltda já foi executado em sua totalidade e devidamente remunerado pela Administração.

Verifico que a proposição da Unidade Técnica caminha no sentido de se determinar ao Metrô/DF que anule o procedimento licitatório objeto da Concorrência n.º 01/2007, em face das irregularidades indicadas nos §§ 31 a 41 do relatório.

Preliminarmente à avaliação de mérito e à formação do juízo de valor acerca do quanto propugna o Órgão Técnico, entendo imprescindível se promover a oitiva das empresas interessadas, em estrita observância ao devido processo legal insculpido na Carta Magna.

Nesse sentido, trago à colação excerto do acórdão proferido pelo egrégio STF no Mandado de Segurança 23.550-1 DF, que resultou na anulação de decisão do TCU em face da inobservância do direito de defesa do interessado:

*“EMENTA: I. Tribunal de Contas: competência: contratos administrativos (CF, art. 71, IX e §§ 1º e 2º).*

*O Tribunal de contas da União – embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos – tem competência, conforme o art. 71, IX, para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou.*

*II. Tribunal de Contas: processo de representação fundado em invalidade de contrato administrativo: incidência das garantias do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa, que impõem assegurar aos interessados, a começar do particular contratante, a ciência de sua instauração e as intervenções cabíveis.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 420

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

*Decisão pelo TCU de um processo de representação, do que resultou injunção à autarquia para anular licitação e o contrato já celebrado e em começo de execução com a licitante vencedora, sem que a essa sequer se desse ciência de sua instauração: nulidade. (...)” [destaquei]*

Quanto à questão da garantia, penso que o edital, ao exigir a comprovação antecipada de seu recolhimento, possibilita o conhecimento prévio dos participantes do certame, podendo vir a comprometer a competitividade do mesmo.

Assim, entendo pertinente a sugestão de que seja expedida determinação ao Metrô/DF para que, doravante, se abstenha de fixar em seus editais de licitação data limite para o recolhimento da garantia, estando esse prazo delimitado pela própria data de entrega das propostas, bem como passe a permitir que o comprovante de recolhimento seja apresentado juntamente com os demais documentos de habilitação.

Ante o exposto, VOTO por que este egrégio Plenário:

I – tome conhecimento do resultado da inspeção levada a efeito pela 3ª ICE, dos documentos de fls. 250/283, bem como dos Anexos II, III e IV;

II – promova a oitiva das empresas DALCON Engenharia Ltda. e ALTRAN/TC/BR, bem como do Metrô/DF, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem as contrarrazões que entenderem pertinentes em face dos achados apontados nos §§ 31 a 41 da Informação n.º 068/2010 – 3ª ICE/Audit;

III – determine ao Metrô/DF que, doravante, se abstenha de fixar em seus editais de licitação data limite para o recolhimento da garantia prevista no art. 31, III, da Lei n.º 8.666/93, estando esse prazo delimitado pela própria data de entrega das propostas, bem como passe a permitir que o comprovante de recolhimento seja apresentado juntamente com os demais documentos de habilitação;

IV – autorize:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha: 421

Processo: 28695/2007

Rubrica: \_\_\_\_\_

- a) o encaminhamento de cópia da instrução, do relatório/voto e desta decisão às empresas citadas no item II e ao Metrô/DF;
- b) o retorno dos autos à 3ª ICE para os devidos fins

Brasília, em                      de dezembro de 2010.

**MANOEL DE ANDRADE**

**Relator**

DIGITALIZANDO